

LEI Nº 279/98

AUTORIZA O CHEFE DO PODER MUNICIPAL A CRIAR O FUNDO DE AVAL DO MUNICIPIO DE ICAPUI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

LEI :

Artigo 1º - Fica criado o Fundo de Aval do Município de Icapuí, de natureza financeira, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, com a finalidade de prover recursos para honrar o aval prestado em nome dele em operações de créditos realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Parágrafo Único - Poderão ser avalizadas pelo Fundo as operações de crédito que o Banco do Nordeste do Brasil S. A. celebre, de acordo com as regras, termos e condições dos seus programas de crédito, com agentes econômicos localizados no Município de Icapuí e que aí exerçam a sua atividade econômica.

Artigo 2º - O patrimônio inicial do Fundo de Aval será constituído mediante a transferência de recursos originais de R\$ 20.000,00.

Artigo 3º - Constituem recursos ao Fundo de Aval :

- a) as comissões cobradas por conta da garantia prestada em seu nome;
- b) o resultado das aplicações financeiras dos recursos;
- c) a recuperação do crédito de operações honradas com recursos por ele providos;
- d) a reversão de saldos não aplicados;
- e) outros recursos destinados ao Poder Público ou por particulares a título de doação e / ou empréstimos.

Parágrafo Primeiro - O saldo positivo apurado em cada exercício será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo de Aval.

Parágrafo Segundo - As disponibilidades financeiras do Fundo de Aval serão aplicadas no Banco do Nordeste do Brasil S. A . nos produtos financeiros deste.

Parágrafo Terceiro - O Banco do Nordeste S. A . será o gestor do Fundo de Aval, devendo os seus direitos e obrigações, decorrentes dessa condição, estabelecidas mediante convênio celebrado com a Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - O Fundo de Aval cobrirá 100 % (cem por cento) do valor de cada operação de crédito.

Parágrafo Primeiro - O reajuste do valor do Aval prestado será feito na forma estabelecida no convênio de que trata o parágrafo do artigo precedente.

Parágrafo Segundo - Será devida ao Fundo de Aval comissão que será cobrada pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A . em cada das operações, revertendo seu valor para o Fundo.

Artigo 5º - O convênio de que trata o parágrafo 3º do Art. 3º estabelecerá ainda :

- a) o volume máximo de operações que serão avalizadas;
- b) os percentuais da comissão prevista no parágrafo do artigo precedente .

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação .

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 23 de novembro de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ


Francisco José Teixeira
PREFEITO MUNICIPAL